

RIQUEZA SETORIAL DISTRIBUÍDA AO GOVERNO VERSUS RECEITAS AUFERIDAS NO PERÍODO DE 2007 A 2014

SECTORAL WEALTH DISTRIBUTED TO GOVERNMENT VERSUS REVENUES EARNED FROM 2007 TO 2014

SIRLENE KOPROWSKI

Mestranda em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: sirlene_sib@hotmail.com

LARA FABIANA DALLABONA

Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: lara.dallabona@udesc.br

ANA RITA VENZON FERNANDES

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: anaritav.f@hotmail.com

FERNANDO SCHEEFFER

Doutor em Sociologia Política pela Universidade federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fernando.scheefffer@udesc.br

Endereço: Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC – 88035-901

Resumo: O estudo teve por objetivo analisar se a evolução da riqueza setorial gerada pelas empresas listadas na BM&FBovespa e distribuída ao governo, acompanha o histórico das receitas auferidas durante os mandatos presidenciais de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). Para alcançar tal propósito, utilizou-se a pesquisa descritiva, documental e quantitativa envolvendo uma amostra de 169 empresas analisadas, agrupadas em nove segmentos econômicos. Os resultados demonstraram quanto ao valor distribuído ao governo e a comparação com as receitas auferidas, que no governo Lula, somente dois segmentos apresentaram, em maior parte, relação entre as evoluções das distribuições de valor adicionado e as receitas, enquanto os outros sete setores na maioria dos exercícios demonstraram discrepância entre estas evoluções. Já no mandato de Dilma, também dois setores apenas, demonstraram relação entre o valor distribuído e as receitas e nota-se neste período, maior ocorrência de percentuais de evolução negativos nestes dois itens. O estudo pretende contribuir com o meio acadêmico, com pesquisas que utilizam a DVA, principalmente a sua vertente de distribuição de riqueza, em empresas listadas na BM&FBovespa, possibilitando uma análise dos dados a partir de mandatos presidenciais.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado; BM&FBovespa; Lula; Dilma; Impostos.

Abstract: *The study aimed to analyze whether the evolution of the sectoral wealth generated by the companies listed on the BM & FBovespa and distributed to the government, follows the history of the revenues earned during the presidential mandates of Lula (2007-2010) and Dilma (2011-2014). To achieve this purpose, we used descriptive, documentary and quantitative research involving a sample of 169 companies analyzed, grouped into nine economic segments. The results showed that, in the Lula government, only two segments had a greater relation between the evolution of value-added distributions and revenues, while the other seven sectors in the majority of exercises demonstrated a discrepancy between these evolutions. In Dilma's term, two sectors only showed a relation between the value distributed and the revenues, and we can see in this period the higher occurrence of negative evolution percentages in these two items. The study intends to contribute to the academic environment, with research that uses the DVA, mainly its aspect of wealth distribution, in companies listed on BM & FBovespa, making possible an analysis of the data from presidential mandates.*

Keywords: *Demonstration of Value Added; BM & FBovespa; Lula; Dilma; Taxes.*

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade se apresenta como um instrumento de avaliação e evidenciação dos atos e fatos que ocorrem na organização e que afetam o patrimônio da mesma. Assim, por meio das informações divulgadas, é possível a análise da situação da companhia em determinado período, permitindo ao administrador ou responsável pelas decisões relevantes na empresa, escolher o melhor caminho para organização, visando à continuidade e lucratividade dos negócios (DALLABONA; KROETZ; MASCARELLO, 2014).

Uma das demonstrações contábeis que evidencia informações de forma compulsória aos interessados, é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Para Ricarte (2005), a Demonstração de Valor Adicionado é uma importante peça do Balanço Social, sendo considerada a forma mais competente, oferecida pela contabilidade, para o auxílio na medição e evidenciação da capacidade da empresa em gerar e distribuir riqueza. É elaborada, principalmente, com base em dados extraídos da Demonstração do Resultado do Exercício, embora, ambas as demonstrações não devam ser confundidas, mais sim, a DVA vem com intuito de complementar as informações constantes na DRE.

Antes mesmo da obrigatoriedade de publicação da DVA, que foi efetivada após a aprovação do CPC 09 e pela Lei 11.638/07, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM já incentivava a sua divulgação de forma voluntária pelas empresas abertas. Além disso, o modelo sugerido já estava seguindo, os preceitos do modelo elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo - FIPECAFI, sugerido com o intuito de orientar e incentivar a divulgação de tal demonstração (ALMEIDA; SILVA, 2014).

A Demonstração de Valor Adicionado, portanto, procura mensurar o valor adicionado ou agregado pela empresa em certo período, ou seja, a riqueza gerada e distribuída aos entes que contribuíram para este processo. A DVA torna-se assim, um relevante utensílio para visualização do cenário macroeconômico, pois envolve diversos grupos sociais como clientes, empregados, governo, sócios, comunidade, entre outros (BERNS; FLACH, 2013).

Levando em consideração as aplicações e utilidades da DVA, Santos et al. (2013) destaca que, com a informação da riqueza gerada pelas empresas, torna-se possíveis comparações destas, com o valor do PIB nacional, setorial ou regional. Facilitando assim, as análises para tomadas de decisões referentes a investimentos em empresas de determinada região, concessões de financiamentos e subsídios governamentais.

Considerando a distribuição do valor adicionado, o Pronunciamento Técnico CPC 09, em seu item 15, expõe os principais componentes econômicos que participam da destinação da riqueza, sendo eles: pessoal; impostos, taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e; remuneração de capitais próprios.

Assim sendo, cada ente de distribuição recebe uma parcela da riqueza gerada pela empresa, em contrapartida da sua contribuição no processo de formação da mesma. Impostos, taxas e contribuições, por exemplo, corresponde à parcela devida ao governo, por seu apoio à entidade, como fornecimento de infra-estrutura básica, saneamento, entre outros serviços que dão condições à realização das atividades da organização (KROETZ; COSENZA, 2003).

Com base nesse contexto e admitindo o governo como ente principal de distribuição, várias pesquisas foram encontradas no meio acadêmico, envolvendo essas duas variáveis, tais como a de Santos e Hashimoto (2003), Tinoco e Moraes (2008) e Kronbauer et al. (2009). Também o estudo de Santos et al. (2013) é considerado de grande relevância no meio acadêmico e social, haja visto, seu objetivo de avaliar a distribuição da riqueza gerada pelas empresas, considerando os períodos presidenciais do governo FHC e Lula.

Diante do exposto, surge a seguinte pergunta de pesquisa, a qual impulsiona este artigo: A evolução da riqueza setorial gerada pelas empresas listadas na BM&FBovespa e distribuída ao Governo, acompanha o histórico das receitas auferidas durante os mandatos presidenciais de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014)? Com o intuito de responder tal indagação, tem-se como objetivo analisar se a evolução da riqueza setorial gerada pelas empresas listadas na BM&FBovespa e

distribuída ao governo, acompanha o histórico das receitas auferidas durante os mandatos presidenciais de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014).

O estudo aqui apresentado tem justificativa teórica, por conta da sua contribuição em pesquisas acadêmicas baseadas na Demonstração de Valor Adicionado, utilizando empresas listadas na BM&FBovespa, especialmente quanto à destinação da parcela de riqueza destinada ao Governo. Outro diferencial é em relação ao período escolhido, que neste trabalho, parte-se de análises feitas durante dois períodos presidenciais.

Quanto à justificativa prática e social, pode-se induzir que as empresas das quais foram coletados os dados para análise, agrupadas em setores econômicos, terão uma ampla visão do histórico evolutivo das receitas auferidas em relação à destinação de riqueza gerada para Impostos, taxas e contribuições. Também a sociedade como um todo, poderá avaliar qual a efetiva contrapartida das empresas ou segmentos econômicos, ao Governo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção abordam-se os temas Demonstração de Valor, principalmente o Governo como componente da DVA e Estudos Anteriores, assuntos que constituem uma fundamental base teórica para o entendimento deste trabalho.

2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Atualmente, não se pode mais conceber a empresa como uma entidade que objetiva unicamente o lucro, sem considerar os processos necessários na busca deste resultado final e os relacionamentos existentes neste caminho. Sendo assim, esta trajetória acaba influenciando, na parte interna da entidade, os empregados e externamente, o governo, a sociedade e o meio ambiente (COSTA; GUIMARÃES; MELLO, 2013).

Nesse contexto, surge a Demonstração de Valor Adicionado – DVA, importante vertente do Balanço Social, que segundo Fagundes et al. (2008) tem como objetivo, apresentar o desempenho econômico da entidade e sua relação com a sociedade, além de mensurar o valor adicionado nos bens e serviços, durante o processo produtivo da empresa e a forma de distribuição deste, aos grupos que contribuíram para sua formação.

Berns e Flach (2013) também afirmam que a DVA deve demonstrar a formação da riqueza pelas empresas, assim como, a respectiva distribuição aos agentes que colaboraram com esta geração, sendo eles: empregados, governo, terceiros e acionistas.

A DVA, segundo Bispo, Calijuri e Lima (2009) vêm se destacando em relação às demais vertentes do Balanço Social, por demonstrar aos usuários três características básicas: primeiramente, esta ferramenta apresenta a geração de riqueza e os efeitos que este processo pode causar na comunidade que a empresa se localiza; em seguida, é possível identificar o montante de riqueza gerada pela entidade e como a mesma é distribuída por meio de remuneração dos empregados, tributos aos governos federal, estadual e municipal, remuneração de capitais de terceiros, pelo repasse de despesas financeiras, remuneração aos sócios, como juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos e retenção de lucros; a última característica, não menos relevante, é a variedade de análises cabíveis para este demonstrativo, sendo possíveis estudos comparativos em vários períodos e setores econômicos, o que auxilia no processo de definição no fornecimento de subsídios para políticas de planejamento econômico e social.

De acordo com Carmo et al. (2011), ainda quando a DVA era uma demonstração voluntária, ou seja, antes da Lei 11.638/07, quando se tornou obrigatória às companhias de capital aberto, sua publicação já era incentivada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, órgão este que sugeriu, como forma orientação para as empresas, o modelo proposto anteriormente pela FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo. Em consequência desta nova obrigatoriedade, em 30 de outubro de 2008 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovou o então, Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração de Valor Adicionado, que ordenou diretrizes para a forma de elaboração e divulgação desta demonstração. A partir daí, pode-se notar, o aumento das práticas de transparência empresarial e um comprometimento maior da responsabilidade socioambiental pelas companhias (COSTA; GUIMARÃES; MELLO, 2013).

De acordo com Santos (2007, p. 37) a demonstração do valor adicionado “deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de

geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”. Em análise ao Pronunciamento Técnico CPC 09, em seu Item 5, pode-se perceber que a finalidade da Demonstração de Valor Adicionado consiste em prestar informações sobre a riqueza gerada pela entidade em certo período e o modo que se deu a distribuição desta. Para Alexandre (2010) a distribuição do valor adicionado divide-se basicamente entre os empregados, governo, financiadores terceiros à empresa, sócios e acionistas, além da parcela retida para aplicação na própria entidade.

2.1.1 O Governo como componente da DVA

Embora não seja considerado um fator de produção direto, pode-se dizer que o governo também contribui para a formação da riqueza da entidade, por meio de seu apoio as atividades produtivas da empresa, através de investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais concedidos e subvenções. Assim sendo, os valores pagos ou devidos em impostos pela companhia representam a parcela da riqueza destinada a remuneração do Estado, por conta de sua contribuição em criar condições para a realização das atividades empresariais da organização (COSENZA, 2003).

A destinação da riqueza gerada aos cofres públicos é feita por meio dos impostos, taxas e contribuições, ente constante na DVA que, segundo Iudícibus (2010) e com base no CPC 09 (2008), deve ser segregada em tributos Federais, Estaduais e Municipais. Dentre algumas arrecadações feitas na esfera Federal, pode-se citar o IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS, INSS, IRRF e contribuição sindical patronal. Já os Estaduais, são principalmente o ICMS e o IPVA, ao passo que, os Municipais, incluem valores de ISS e IPTU.

Assim, assumindo o papel de ente de distribuição e interessado nas informações prestadas pela DVA, o governo ampara a empresa com condições para desenvolver suas atividades econômicas e como contraprestação, recebe dela impostos, taxas e contribuições (OLIVEIRA; ALVES, 2003). Com o auxílio dessa demonstração, os órgãos públicos ficam aptos a realizar estudos comparativos das cargas tributárias de empresas em diferentes setores e atividades econômicas, analisando qual categoria mais contribui para a receita total tributária.

No Pronunciamento Técnico CPC 09, em seu Item 12, percebe-se que a utilidade da DVA consiste justamente, em amparar seus usuários com informações de cunho social e econômico, permitindo uma melhor avaliação das atividades da empresa dentro da sociedade que se encontra inserida. Além disso, um Município, Estado ou até mesmo a própria Federação, ao receber uma entidade, pode utilizar esta demonstração para obter dados extremamente úteis nesta decisão, que anteriormente não eram evidenciados pelas demonstrações tradicionais.

A partir daí, é possível elaborar reformulações legais, tais como a constituição de impostos seletivos e a reestruturação de tributos por regiões. O agrupamento das DVAs de determinada região ou atividade, ainda permite ao governo analisar o crescimento econômico de tais grupos, auxiliando na decisão de seguir ou alterar políticas de incentivos e planejamentos (RICARTE, 2005).

Nessa direção, os dados constantes na DVA também permitem, importantes análises sobre quais regiões do país destinam maior parcela da riqueza gerada e quais entes são os mais beneficiados. A exemplo desse aspecto, o estudo de Melo et al. (2017), verificou que o governo recebe maior parcela destinada pela região Sudeste.

Ademais, diversos estudos apontam o governo como maior ente de destinação da riqueza gerada e distribuída pelas empresas (ALMEIDA et al., 2009; SANTOS; SILVA, 2009; GRECCO et al., 2010; SILVA, 2010; BERNIS; FLACH, 2013). Para Schafer, Konraht e Ferreira (2016), o montante de riqueza gerada pelas empresas e distribuída ao Governo, demonstrada na DVA, representa o custo tributário suportado pelas empresas, admitindo, porém, as peculiaridades de cada segmento. Tais apontamentos, ressaltam a importância em analisar a distribuição de riqueza gerada pelas empresas ao ente governamental em específico.

2.2 ESTUDOS RELEVANTES

A Demonstração de Valor Adicionado é tratada de forma ampla no meio acadêmico e social, principalmente a sua segunda parte, que trata da distribuição do valor adicionado de determinado período. Em pesquisas realizadas em congressos e periódicos nacionais, podem-se perceber diversos trabalhos com a temática abordada similar a deste estudo.

Considerando os tributos pagos como agentes na formação do valor adicionado, Kronbauer et al. (2009) teve como foco de seu estudo, o setor de energia elétrica, buscando analisar a carga tributária evidenciada por este. O período de análise das demonstrações contábeis, inclusive da DVA, foi no ano de 2006.

Foram analisadas 17 empresas listadas na Revista Exame – Melhores & Maiores, edição 2007, divulgadas no site da CVM.

Ainda em relação à carga tributária, Tinoco e Moraes (2008) também utilizaram a DVA para tal avaliação. Santos e Hashimoto (2003) utilizaram a Demonstração do Valor Adicionado para análise da carga tributária, no período de 1996 a 2001, com a amostra de 1.007 empresas dos mais variados setores da economia nacional, constataram que a carga tributária suportada pelas empresas é maior que a divulgada pelo setor governamental.

O ente de distribuição Governo é constantemente referenciado, como a principal parcela de destinação da riqueza gerada pelas empresas. Como no estudo de Silva (2010) que procedeu com a coleta de dados nas DVA's de 264 companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa e divididas nas dez classificações setoriais, com o objetivo de analisar o comportamento da destinação da riqueza gerada pelas empresas, durante o período de 2007 e 2009, antes e depois da crise financeira de 2008, averiguando se houve impactos nos períodos de estabilidade e crise, na geração e distribuição da riqueza aos entes de interesse. Como resultados da pesquisa, percebeu-se a existência de diferenças nas distribuições de riqueza gerada aos seus componentes neste período. Além disso, a participação do Governo apresentou crescimento constante e representou o ente com maior destinação no período de valor adicionado, considerando a análise das DVA's acumuladas.

Nesta mesma vertente, Berns e Flach (2013) que analisaram a distribuição do valor adicionado dos anos de 2010 e 2011, de empresas pertencentes aos dez setores econômicos e pertencentes ao Novo Mercado, com o intuito de averiguar se a crise financeira de 2008 afetou a destinação da riqueza além de, realizar uma análise setorial, constatando que os setores atribuíram a maior parcela de riqueza ao Governo.

Santos e Silva (2009) por sua vez, escolheram o setor de Telefonia para analisar a distribuição do valor adicionado aos componentes de distribuição, durante os anos de 2007 e 2008. Por meio dos resultados obtidos com o estudo, também se percebeu que a maior parte da riqueza gerada por estas empresas foi destinada, primeiramente ao governo.

Estudos de casos em companhias isoladas, também utilizaram a Demonstração de Valor Adicionado como meio de análise, como se pode citar o trabalho de Almeida et al. (2009), que teve como objetivo, contribuir para a análise dos dados da DVA e verificar a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* da PETROBRAS, analisando as DVA's no período de 1998 a 2007. Verificou-se no final do estudo, que 93,02% da riqueza agregada da empresa, foram provenientes de sua própria criação e apenas, 6,98% recebida em transferência de terceiros. Além disso, o *stakeholder* que recebeu a maior parcela da riqueza foi o governo, com 59,39% em relação ao total.

Grecco et al. (2010) buscaram investigar em qual setor da economia são encontradas as empresas que mais agregam valor à sociedade. Foram analisadas 37 empresas listadas na Bovespa em 2010 que publicaram a DVA, considerando a representatividade por capital social, sendo agrupadas por setor e classificadas de acordo com o site Exame Melhores e Maiores. Os principais resultados demonstram que o setor econômico que mais agregou valor foi o de energia, com 47% de participação, vale ressaltar que desse grupo, a Petrobrás detém de 89% de participação. Os *stakeholders* mais beneficiados foram o governo e os acionistas. Outra conclusão foi que a maior parte de valor agregado está concentrada em empresas que não possuem comprovação de boas práticas de governança corporativa. O maior valor adicionado, nesse caso é destinado ao governo (46%).

Outra pesquisa relevante às análises da DVA, inclusive utilizada como uma das bases para o presente estudo é a de Santos et al. (2013), onde foram utilizadas empresas constantes no ranking das Melhores e Maiores, da Revista Exame para analisar a formação da riqueza e sua consequente distribuição. Os autores direcionaram a pesquisa para uma análise comparativa entre os governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998 e 1999-2002) e Luis Inácio Lula da Silva - Lula (2003-2006 e 2007- 2009), este sendo o grande diferencial do trabalho. Os resultados apontam que, em questão da distribuição da riqueza agregada, no período FHC, os entes com maiores taxas de crescimento em suas participações foram a remuneração do capital de terceiros e o governo, enquanto na era Lula, foram o fator pessoal e a remuneração do capital próprio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e documental, sendo que, a fonte documental utilizada foram as demonstrações de valor adicionado das empresas com ações na BM&FBovespa, exceto as empresas que possuíam a data de registro na CVM posterior à 2007, empresas do setor financeiro e outros; e as que não possuíam os dados suficientes para análise.

A coleta de dados iniciou-se, com a consulta no site da Bovespa (www.bmfbovespa.com.br), das datas de registros na CVM das 501 (quinhentas e uma) empresas listadas e pertencentes aos dez segmentos econômicos, classificados pela BM&FBovespa. Tais dados foram coletados entre os dias 20 a 29 do mês de março do ano de 2016. Com 285 (duzentas e oitenta e cinco) empresas, iniciou-se a coleta das DVA's no site da Bovespa (www.bmfbovespa.com.br). Tal etapa foi realizada entre os dias 30 de março a 23 de abril de 2016 e todas as demonstrações foram organizadas em planilhas eletrônicas do Microsoft Excel.

O período para análise ficou definido entre os anos de 2007 a 2014, ou seja, o 2º mandato do governo Lula (2007 à 2010) e o 1º mandato do governo Dilma (2011 à 2014). A amostra final é composta de 169 (cento e sessenta e nove) empresas que disponibilizaram todos os dados necessários para o estudo.

Buscou-se ainda, comparar as variações no valor distribuído ao Governo, por meio de Impostos, taxas e contribuições com as receitas de vendas, auferidas durante o período de análise, as quais foram coletadas na base de dados da Economática@. A coleta desses dados foi feita entre os dias 01 a 24 de junho de 2016.

Para apresentação dos resultados, o estudo fez uso da estatística descritiva, por meio de percentuais que evidenciaram a evolução anual dos dois itens (total valor distribuído e receita) no decorrer do tempo em análise. A demonstração dos dados por sua vez, foi feita por meio de tabelas que evidenciaram o montante distribuído para Impostos, Taxas e Contribuições; e as receitas. Tais dados foram apresentados por ano e por governo, além dos percentuais de evolução de ano a ano, sendo que as empresas estão agrupadas nos nove segmentos econômicos constantes na BM&FBovespa, exceto o setor financeiro e outros.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para melhor visualização dos dados, são apresentadas tabelas com o total valor distribuído pelas empresas da amostra aos cofres públicos, por meio de impostos, taxas e contribuições em comparação às receitas auferidas durante o período presidencial de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). Vale destacar que as empresas estão segregadas em nove segmentos econômicos, conforme classificação setorial da BM&FBovespa.

Com o intuito de compreender de uma maneira mais ampla a distribuição do valor adicionado para o ente Impostos, Taxas e Contribuições, foi considerada necessária, a comparação do histórico destes valores com as receitas anuais das empresas que compõem a amostra da pesquisa. Na Tabela 1, consta esse comparativo considerando inicialmente, as entidades pertencentes aos setores de Bens Industriais; Construção e Transporte; Consumo Cíclico; Consumo Não Cíclico e Materiais Básicos.

Vale ressaltar que, ambos os valores estão expostos em Reais Mil e que os percentuais de evolução apresentados dos valores distribuídos e das receitas foram calculados, tomando por base o ano de referência em relação ao anterior imediato. Além disso, as informações referentes às receitas das empresas foram coletadas na base de dados Economática@, considerando os valores auferidos do período de 2007 a 2010, correspondente ao segundo mandato de Lula e o primeiro mandato de Dilma.

Tabela 1 - Total do valor distribuído comparado as receitas

Setor		Governo	1º ano (2007 e 2011)	%evolução distrib/ receita	2º ano (2008 e 2012)	% evolução distrib/ receita	3º ano (2009 e 2013)	% evolução distrib/ receita	4º ano (2010 e 2014)	% evolução distrib 2010-2011
Bens Industriais	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	16.758.413,00	49,60	25.070.019,00	19,59	29.980.722,00	3,75	31.106.226,00	-25,49
		Dilma(11-14)	23.178.390,00	21,79	28.228.385,00	-1,83	27.712.213,00	-14,01	23.828.582,00	% evolução receita 2010-2011
	Receita	Lula (07-10)	27.460.972,00	20,46	33.078.496,00	-10,94	29.460.984,00	13,14	33.331.833,00	12,52
		Dilma(11-14)	37.504.900,00	19,12	44.677.115,00	10,45	49.347.872,00	2,30	50.485.177,00	
Construção e Transporte	Total Valor distribuído	Lula(07-10)	3.349.998,00	27,19	4.260.712,00	8,71	4.631.807,00	44,39	6.687.692,00	7,58
		Dilma(11-14)	7.194.913,00	-4,97	6.837.478,00	-9,76	6.170.011,00	6,13	6.548.145,00	
	Receita	Lula (07-10)	20.012.955,00	37,13	27.444.335,00	14,51	31.427.333,00	32,07	41.506.518,00	
		Dilma(11-14)	46.157.293,00	6,36	49.095.083,00	0,02	49.106.334,00	6,45	52.273.699,00	11,20
Consumo Cíclico	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	3.647.233,00	1,89	3.716.024,00	-2,84	3.610.597,00	27,89	4.617.581,00	14,19
		Dilma(11-14)	5.272.934,00	13,23	5.970.780,00	15,70	6.908.341,00	-2,43	6.740.251,00	
	Receita	Lula (07-10)	22.612.323,00	5,28	23.805.426,00	2,92	24.499.865,00	31,36	32.183.730,00	
		Dilma(11-14)	44.959.526,00	12,37	50.519.084,00	5,43	53.260.489,00	9,60	58.372.636,00	39,70
Consumo não Cíclico	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	3.730.143,00	15,72	4.316.641,00	87,88	8.110.141,00	1,51	8.232.492,00	10,26
		Dilma(11-14)	9.077.135,00	12,36	10.199.006,00	14,90	11.718.791,00	3,61	12.141.683,00	
	Receita	Lula (07-10)	31.234.450,00	33,43	41.675.551,00	27,12	52.979.082,00	33,77	70.872.084,00	
		Dilma(11-14)	90.770.380,00	11,30	101.024.514,00	13,39	114.554.163,0 0	7,45	123.085.632,00	28,08
Materiais Básicos	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	23.490.121,00	-18,34	19.182.483,00	0,41	19.260.431,00	27,58	24.572.661,00	-3,19
		Dilma(11-14)	23.789.785,00	-36,87	15.018.098,00	129,92	34.528.867,00	-36,48	21.931.219,00	
	Receita	Lula (07-10)	190.290.119,00	17,96	224.471.284,00	-27,97	161.679.536,0 0	39,50	225.547.062,00	
		Dilma(11-14)	263.623.380,00	0,06	263.791.961,00	8,27	285.612.673,0 0	-0,56	284.018.708,00	16,88

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo como base os dados apresentados na Tabela 1, realizou-se uma comparação entre as evoluções dos valores distribuídos para o ente Impostos, Taxas e Contribuições e os valores das receitas, ambos correspondentes às empresas que compõem os cinco setores econômicos, aqui analisados. A escolha do item receitas como complemento de comparação nesta seção, se dá pelo fato do mesmo estar intimamente ligado ao valor destinado ao governo. Ou seja, pressupõe-se que quanto maior for o valor auferido em receitas, por exemplo, maior deveria ser o valor destinado para o ente em análise. Caso contrário, outra causa refletiu nos cenários encontrados como, aumento dos percentuais de encargos ou mudanças na legislação tributária em determinados períodos.

Comparando os itens total valor distribuído e receitas, percebeu-se que no setor de Bens Industriais nos anos de 2007 a 2010, período correspondente ao governo Lula, as empresas apresentaram alterações positivas e negativas. No ano de 2008 em relação a 2007, por exemplo, notou-se que os dois itens de análise demonstraram aumentos de 49,60% no valor destinado ao governo e 20,46% nas receitas. No ano seguinte, enquanto o valor adicionado apresentou acréscimo de 19,59%, as receitas apresentaram redução de 10,94%. Em 2010, novamente o primeiro item teve aumento, no entanto com um pequeno percentual de 3,75% e o valor das receitas demonstrou uma recuperação em seu valor auferido.

Logo no início do governo Dilma, o setor de Bens Industriais apresentou redução no valor distribuído para Impostos, Taxas e Contribuições, com 25,49% e as receitas aumentaram 12,52%. O valor total distribuído, em 2012 demonstrou uma melhora, com 21,79%, no entanto em 2013 e 2014, apresentou decréscimos de 1,83% e 14,01% respectivamente. Já as receitas, continuaram a crescer, só que com percentuais menores: notou-se um acréscimo considerável de 19,12% ainda em 2012, 10,45% em 2013 e apenas 2,30% em 2014.

Construção e Transporte foi um setor que, em todo o período do governo Lula apresentou uma evolução positiva nos dois itens em análise. Os maiores percentuais foram percebidos nos anos de 2008 e 2010, com 27,19% e 44,39% no valor distribuído e em receitas, os acréscimos foram de 37,13% e 32,07% respectivamente. Em 2009, os aumentos ficaram em 8,71% no valor destinado para o governo e 14,51% nas receitas auferidas.

No ano de transição para o governo Dilma, o setor de Construção e Transporte apresentou acréscimos de 7,58% e 11,20%, nos valores destinados ao governo e nas receitas, respectivamente. Nos anos de 2012 e 2013, o valor adicionado distribuído apresentou reduções de 4,97% e 9,76% cada, enquanto as receitas tiveram aumento de 6,36% em 2012 e no ano seguinte, ficaram praticamente no mesmo resultado, considerando os valores auferidos com vendas, apresentados na Tabela 1. Em 2014, os dois itens da análise demonstraram percentuais positivos, de 6,13% no valor adicionado e 6,45% nas receitas.

O setor de Consumo Cíclico demonstrou no período correspondente ao governo Lula, percentuais de evolução em sua maioria, positivos. Nos anos de 2008 e 2009, o valor distribuído passou por um pequeno acréscimo de 1,89% e queda de 2,84% em 2009. Já as receitas, tiveram nesse mesmo período aumentos de 5,28% e 2,92% respectivamente. No ano de 2010, os dois itens analisados passaram por aumentos significativos, sendo 27,89% no valor distribuído e 31,36% nas receitas. No segundo governo em análise, o setor de Consumo Cíclico apresentou em 2011, um acréscimo no valor das receitas, de 39,70% e 14,19% no valor distribuído. No ano seguinte, foram percebidos aumentos de 13,23% no valor destinado ao governo e 12,37% nas receitas. Já em 2013, enquanto o primeiro item aumentou 15,70%, as receitas demonstraram um reajuste de apenas 5,43%. Em 2014, os percentuais foram ainda mais dispersos: o valor adicionado reduziu para 2,43% e as receitas aumentaram em 9,60%.

Durante o período do primeiro mandato presidencial analisado, notou-se uma série de aumentos significativos nos itens do setor de Consumo Não Cíclico. Em 2008, o valor distribuído teve acréscimo de 15,72% em relação ao ano anterior, o que diverge dos resultados de Follmann, Paiva e Soares (2011) que não encontraram acréscimo/decrécimo na distribuição para este ente, e as receitas, 33,43%, enquanto no ano de 2009, o primeiro item apresentou um aumento considerável de 87,88%, este sendo o destaque do período, ao passo que as receitas, aumentaram 27,12%. Já em 2010, o valor destinado para Impostos, Taxas e Contribuições demonstrou um reajuste positivo de 1,51%, divergindo dos resultados identificados por Berns e Flach (2013) que encontraram uma redução na distribuição média do valor agregado para o governo, enquanto que a receita demonstrou um acréscimo de 33,77%. No ano de 2011, percebeu-se um alto percentual de evolução nas receitas do setor de Consumo Não Cíclico, com 28,08% e 10,26% no valor distribuído. No entanto, nos dois anos posteriores, os percentuais de aumentos foram menos discrepantes: 12,36% e 14,90% no valor destinado ao governo, 11,30% e 13,39% nas receitas, respectivamente. Em 2014, o reajuste no valor adicionado foi de apenas 3,61% e 7,45% nas receitas auferidas.

Já o setor de Materiais Básicos demonstrou uma evolução diferenciada durante o governo Lula. Em 2008 comparado à 2007, percebeu-se redução no valor distribuído de 18,34%, mantendo-se praticamente no mesmo valor no ano seguinte e em 2010, demonstrou uma melhora, chegando próximo ao valor que apresentava inicialmente. Enquanto isso, as receitas tiveram acréscimo de 17,96% em 2008, redução de 27,97% no ano posterior e em 2010, apresentaram uma recuperação no valor, atingindo a faixa que estavam em 2008.

No governo Dilma, o setor de Materiais Básicos apresentou redução no valor destinado para o ente Impostos, Taxas e Contribuições de 3,19% em 2011 e 36,87% em 2012, enquanto as receitas aumentaram 16,88% em 2011 e mantiveram praticamente o mesmo resultado se comparado com valores da Tabela 1 no ano de 2011 para 2012. No ano de 2013, o valor adicionado distribuído teve um acréscimo, que ultrapassou o percentual de 100%, ao passo que as receitas tiveram apenas 8,27% de reajuste. Já em 2014, o primeiro item da análise demonstrou novamente redução, de 36,48% e as receitas uma redução de 0,56%.

Em síntese, durante o período de governo Lula, foi possível destacar alguns pontos relevantes em cada um dos cinco setores econômicos analisados inicialmente: Bens Industriais teve seus maiores percentuais de aumento em 2008, tanto no valor distribuído como nas receitas, ao passo que no ano seguinte, demonstrou redução no valor das receitas; o setor de Construção e Transporte, nos anos de 2008 e 2010 demonstrou altos índices de acréscimos nos dois itens em análise; percebeu-se que a maior ascensão do período no setor de Consumo Cíclico, foi no ano de 2010; as receitas auferidas do setor de Consumo não Cíclico apresentaram, em todo o período, evoluções consideráveis enquanto o valor distribuído para Impostos, Taxas e Contribuições demonstrou um aumento significativo no ano de 2009 em relação a 2008; e Materiais Básicos demonstrou reduções no valor distribuído em 2008 e nas receitas no ano de 2009, ambos apresentaram melhora em 2010.

No período de governo Dilma, alguns fatos também chamaram a atenção em cada setor analisado: em Bens Industriais, o valor distribuído apresentou em sua maioria, evoluções negativas enquanto as receitas demonstraram percentuais de aumento, só que cada vez menores no decorrer do governo; no setor de Construção e Transporte, o cenário foi praticamente o mesmo, com queda no valor distribuído e baixos percentuais de acréscimo nas receitas; em Consumo Cíclico os itens mantiveram-se com acréscimo em grande parte, sem nenhum percentual expressivo comparado aos casos percebidos no governo anterior; no segmento de Consumo não Cíclico, notou-se uma queda nos percentuais de aumento no ano de 2014; o destaque do setor de Materiais Básicos foi o aumento do valor destinado ao governo no ano de 2013 em comparação a 2012, sendo que nos períodos, anteriores e posteriores, apresentaram reduções, enquanto nas receitas o maior reajuste foi em 2011.

Se no governo Lula com a adoção de uma série de medidas permitiu que o governo conseguisse evitar uma deterioração mais drástica das expectativas da crise de 2008, a partir de 2014 o cenário é bastante distinto. Após um período de significativa expansão da economia (2004-2013) com taxa de crescimento por volta de 4%, aliada à avanços sociais expressivos, a partir de 2014 há uma forte e prolongada recessão. Entre 2010 e 2014 o governo Dilma apostou que a mudança no mix de política econômica (redução da Selic e desvalorização cambial), também chamada de “nova matriz econômica”, somada às isenções fiscais seriam suficientes para impulsionar a oferta e a demanda agregada de bens.

Percebendo que não daria certo, procurou implementar medidas ad hoc para estimular o crescimento como a extensão da desoneração da folha de pagamento para mais setores. Medidas dessa natureza acabaram por demonstrar falta de coordenação e carecer de consistência. A adoção de uma política fiscal anticíclica, embora fizesse sentido frente ao baixo desempenho da economia, demorou para ocorrer. Em 2013 e 2014, para compensar a política monetária restritiva, o governo continuou a expandir os gastos públicos e, como consequência, o resultado fiscal primário caiu de 1,7% do PIB em 2013 para -0,6% do PIB em 2014. 2014 se demonstra um ano marcado por uma nova trajetória da economia brasileira observando-se, por exemplo, uma forte redução nas vendas no mercado varejista (PAULA; PIRES, 2017).

A Tabela 2 demonstra os valores distribuídos para Impostos, Taxas e Contribuições e as receitas das empresas pertencentes aos quatro setores econômicos em análise: Petróleo, Gás e Biocombustíveis; Tecnologia da Informação; Telecomunicações e Utilidade Pública. Além disso, constam também os percentuais de evolução dos itens em estudo.

Tabela 2 - Total do valor distribuído comparado as receitas

Setor		Governo	1º ano (2007 e 2011)	%evolução distrib/ receita	2º ano (2008 e 2012)	% evolução distrib/ receita	3º ano (2009 e 2013)	% evolução distrib/ receita	4º ano (2010 e 2014)	% evolução distrib 2010-2011
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	74.059.733,00	15,47	85.516.186,00	-8,38	78.353.737,00	15,59	90.570.581,00	15,66
		Dilma(11-14)	104.753.080,00	0,12	104.874.989,00	1,62	106.576.979,00	-3,27	103.093.669,00	%evolução receita 2010-2011
	Receita	Lula (07-10)	170.749.263,00	26,09	215.290.762,00	-15,05	182.886.683,00	17,34	214.606.905,00	
		Dilma(11-14)	246.531.681,00	15,02	283.567.656,00	7,87	305.875.802,00	10,34	337.498.174,00	14,88
Tecnologia da Informação	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	652.691,00	-27,55	472.878,00	14,39	540.928,00	17,48	635.484,00	-6,03
		Dilma(11-14)	597.159,00	1,66	607.098,00	0,53	610.327,00	-18,06	500.079,00	
	Receita	Lula (07-10)	3.552.056,00	23,67	4.392.796,00	14,54	5.031.356,00	-0,06	5.028.503,00	
		Dilma(11-14)	4.902.743,00	5,14	5.154.788,00	-10,42	4.617.632,00	-8,92	4.205.645,00	-2,50
Telecomunicações	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	18.323.903,00	6,71	19.553.158,00	3,67	20.270.402,00	-2,32	19.799.974,00	39,30
		Dilma(11-14)	27.581.285,00	33,14	36.722.112,00	-8,94	33.439.401,00	-4,09	32.072.870,00	
	Receita	Lula (07-10)	42.101.104,00	12,05	47.174.047,00	11,06	52.389.430,00	4,13	54.552.187,00	
		Dilma(11-14)	65.376.667,00	34,21	87.739.290,00	-4,85	83.484.623,00	-0,19	83.322.801,00	19,84
Utilidade Pública	Total Valor distribuído	Lula (07-10)	72.407.082,00	0,72	72.926.193,00	-0,22	72.764.301,00	13,66	82.702.771,00	11,86
		Dilma(11-14)	92.509.039,00	-3,79	89.001.371,00	-22,72	68.783.925,00	19,81	82.411.510,00	
	Receita	Lula (07-10)	153.960.725,00	11,69	171.952.993,00	2,96	177.046.984,00	16,40	206.089.546,00	
		Dilma(11-14)	222.254.841,00	11,26	247.277.826,00	-7,96	227.603.781,00	24,34	283.004.891,00	7,84

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tendo como base os dados expostos na Tabela 2, foi possível realizar um comparativo entre os percentuais de evolução dos dois itens em análise, valor adicionado e receitas, dos quatro setores econômicos citados. No setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, por exemplo, percebeu-se um significativo aumento no ano de 2008 em comparação a 2007, com 15,47% no total de valor distribuído e 26,09% nas receitas. Durante o governo Lula, somente em 2009 que foram percebidas reduções, de 8,38% no valor destinado ao governo e 15,05% nas receitas, enquanto no ano seguinte, o primeiro item apresentou acréscimo de 15,59% e o valor das receitas, praticamente voltou para a mesma faixa de valores que estava no ano de 2008.

No primeiro ano de mandato da Dilma, o setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentou acréscimos consideráveis nos dois itens em análise, de forma paralela com 15,66% no valor destinado ao governo e 14,88% nas receitas. Nos três períodos posteriores, a evolução de ambos os itens foi um pouco diferenciada: enquanto o valor distribuído teve pequenos acréscimos de 0,12% em 2012, 1,62% em 2013 e redução de 3,27% em 2014, as receitas apresentaram aumentos de 15,02%, 7,87% e 10,34%, respectivamente.

O setor de Tecnologia da Informação teve no primeiro ano do governo Lula, uma redução expressiva no valor distribuído para o ente Impostos, Taxas e Contribuições de 27,55% ao passo que, as receitas aumentaram 23,67% no mesmo período. Nos dois anos posteriores, o valor adicionado apresentou melhoras de 14,39% e 17,48%, enquanto as receitas tiveram reajuste de 14,54% em 2009 e em 2010, mantiveram-se praticamente com o mesmo valor auferido no ano anterior.

Durante o período de governo de Dilma, o setor de Tecnologia da Informação apresentou um histórico de percentuais diferente do mandato anterior. Logo em 2011, os dois itens de análise apresentaram reduções de 6,03% no valor destinado ao governo e 2,50% nas receitas. Nos três períodos subsequentes, o valor adicionado distribuído apresentou pequenos percentuais de reajuste de 1,66% em 2012 e 0,53% em 2013, enquanto em 2014, passou por uma redução de 18,06%. Ao mesmo tempo, as receitas tiveram aumento de 5,14% em 2012 e reduções de 10,42% e 8,92%, em 2013 e 2014.

No início do governo Lula, o setor de Telecomunicações apresentou percentuais de evolução positivos nos dois itens em análise: o valor distribuído apresentou acréscimos de 6,71% em 2008 e 3,67% em 2009, enquanto as receitas aumentaram 12,05% e 11,06%, respectivamente. Já no ano de 2010, o valor destinado ao governo apresentou redução de 2,32% em seu valor comparado a 2009, enquanto as receitas tiveram acréscimo de 4,13% no mesmo período.

Ao analisar este setor no segundo período presidencial, perceberam-se significativos aumentos nos dois primeiros anos de governo: o valor adicionado distribuído apresentou acréscimos de 39,30% em 2011 e 33,14% em 2012, ao passo que as receitas demonstraram reajustes de 19,84% e 34,21%, respectivamente. No entanto, nos dois períodos posteriores, ambos os itens demonstraram reduções de 8,94% e 4,09% no valor distribuído para o ente Impostos, Taxas e Contribuições, enquanto as receitas diminuíram 4,85% em 2013 e em 2014, mantiveram-se praticamente com o mesmo valor auferido que no ano anterior, como se observa na Tabela 2.

O setor de Utilidade Pública no decorrer do governo Lula, apresentou em sua maioria, percentuais positivos. Pode-se perceber que nos três primeiros anos do mandato, o valor adicionado distribuído se manteve praticamente na mesma faixa de valores, enquanto as receitas tiveram acréscimos de 11,69% em 2008 e 2,96% em 2009. No ano de 2010, o valor destinado ao governo teve um percentual de aumento de 13,66%, bem maior que nos períodos anteriores, ao passo que as receitas aumentaram 16,40% em relação a 2009. No período correspondente ao governo Dilma, o setor de Utilidade Pública continuou com um acréscimo considerável no item valor distribuído, com 11,86% e 7,84% de aumento nas receitas, ambos no ano de 2011. No entanto, nos anos de 2012 e 2013, o valor distribuído para Impostos, Taxas e Contribuições apresentou reduções de 3,79% e 22,72%, a última sendo a maior queda do período. Já as receitas, apresentaram acréscimo de 11,26% em 2012 e redução de 7,96% em 2013. No ano de 2014, enquanto o valor adicionado apresentou uma melhora de 19,81% em relação à 2013, as receitas apresentaram um aumento de 24,34% no mesmo período.

Ao final dessa etapa, perceberam-se pontos relevantes em cada um dos quatro setores econômicos aqui estudados, durante o período de governo Lula: Petróleo, Gás e Biocombustíveis observou reduções apenas no ano de 2009 em comparação a 2008, nos demais períodos os resultados demonstram aumentos uniformes; o setor de Tecnologia da Informação apresentou uma redução expressiva no valor distribuído em 2008, que acabou afetando a evolução nos demais períodos, enquanto as receitas apresentaram aumentos dos quais foram reduzindo ano a ano; o segmento de Telecomunicações apresentou em grande parte de sua evolução, percentuais positivos, no entanto a cada ano, notou-se uma redução nesses índices; e Utilidade Pública teve no ano de 2010, os maiores acréscimos percebidos durante o período em questão.

Durante o governo Dilma, também foi possível perceber alguns destaques em cada setor econômico: o segmento de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apresentou aumentos uniformes nos dois itens da análise

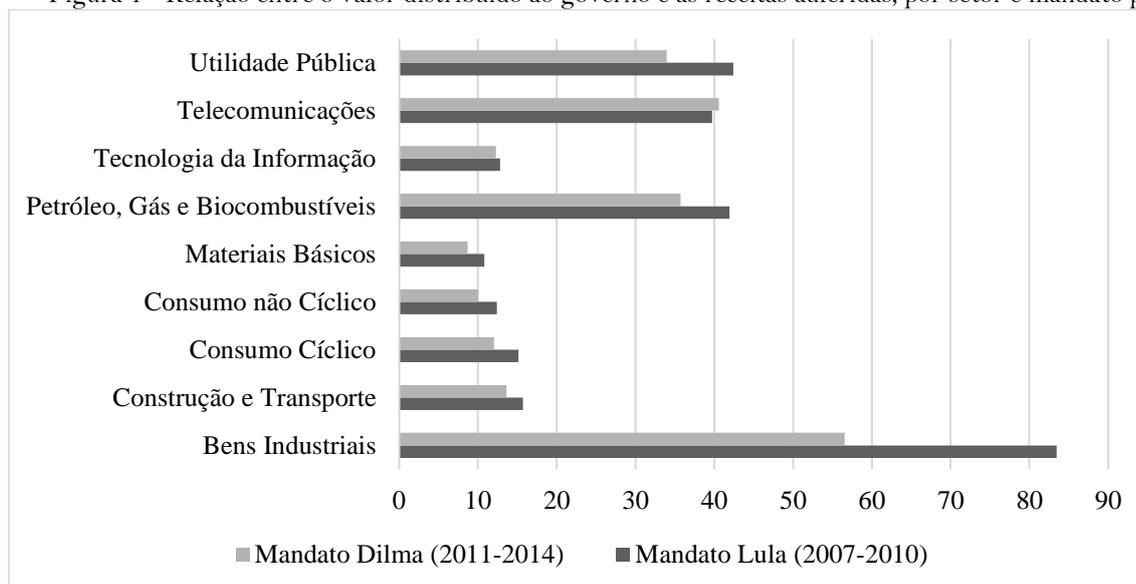
somente em 2011, nos períodos posteriores notou-se que o total distribuído ficou praticamente no mesmo patamar, realizando a análise em valores, enquanto as receitas continuaram a crescer. Como destacado por Azevedo e Serigati (2015), chama a atenção o controle de preços levado a cabo pelo governo de Dilma Rousseff, sobretudo sobre os combustíveis. A desoneração da Cide em 2012 teve um fim macroeconômico com custos microeconômicos.

Estimulou o consumo de gasolina em níveis indesejados, em 2013 a Petrobras passou a aumentar a importação de gasolina, o que agravou ainda mais as contas da estatal. Houve, então, a subordinação da política energética à política macroeconômica por meio da contenção dos preços de derivados de petróleo. Não bastando os efeitos indesejáveis sobre as decisões de consumo e investimento, a manipulação dos preços se demonstrou ineficaz para o controle sustentável da inflação visto que as condições de custo e demanda permaneceram presentes.

Se atendo à Tecnologia da Informação, os anos de 2011 e 2014 foram marcados por índices de decréscimos, enquanto nos demais anos, houve apenas pequenos aumentos; no setor de Telecomunicações perceberam-se altos percentuais de aumento nos anos de 2011 e 2012, tanto no valor distribuído quanto no valor das receitas, ao passo que os dois períodos posteriores apresentaram reduções em ambos os itens; e em Utilidade Pública, o ano de 2013 apresentou quedas nos itens, seguindo para 2014, o valor distribuído apresentou uma melhora, enquanto as receitas tiveram um acréscimo superior à queda no período passado.

Como análise adicional, na Figura 1, apresenta-se o gráfico dos percentuais obtidos da relação entre a parcela de riqueza gerada pelas empresas e distribuída ao governo em comparação as receitas auferidas durante os dois mandatos presidenciais analisados. Vale destacar que, para fins de comparação deste estudo, utilizou-se como denominador, o valor das receitas constante na Demonstração de Resultado das empresas, com objetivo de comparar o percentual equivalente da parcela destinada ao governo comparativamente as receitas obtidas das empresas analisadas e constantes em cada setor econômico. Ademais, considerou-se para cada mandato presidencial, o valor acumulado de 2007 a 2010, bem como, 2011 a 2014, tanto da parcela destinada ao governo, quanto das receitas auferidas.

Figura 1 - Relação entre o valor distribuído ao governo e as receitas auferidas, por setor e mandato presidencial



Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar a Figura 1, percebe-se que, o setor de Bens Industriais, foi o segmento com maior proporção de destinação da riqueza ao governo comparativamente as receitas auferidas. Especialmente no mandato de Lula, o percentual comparativo entre a parcela destinada ao governo em relação as receitas auferidas, foi de 83,45%. Já no mandato de Dilma, esta proporção caiu para 56,56%, devido ao maior volume de receita, porém ainda representando um percentual relevante.

Nos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Utilidade Pública também foram percebidos maiores percentuais da relação entre o valor destinado ao governo e receitas auferidas, durante o período presidencial de Lula, com 41,93% e 42,42% respectivamente. No mandato de Dilma, estas proporções foram de 35,73% e 33,94%, nesta ordem.

O segmento de Telecomunicações apresentou uma pequena diferença entre os dois mandatos presidenciais analisados, destinando ao governo, o equivalente a 39,73% do total de receita obtida no período de 2007 a 2010 e 40,58% entre 2011 a 2014.

Os setores de Construção e Transporte, Consumo Cíclico, Consumo não Cíclico e Tecnologia da Informação, destinaram ao governo cerca de 12,40% a 15,70% de riqueza em relação a receita total obtida durante o mandato de Lula e aproximadamente 10% a 13,60%, no período de governo Dilma. Materiais Básicos correspondeu ao segmento com menor proporção entre a parcela de riqueza remetida ao governo e o total de receitas do setor, sendo 10,79% de 2007 a 2010 e 8,68% durante os anos de 2011 a 2014.

Em suma, percebe-se que, na maioria dos setores analisados, a relação entre a parcela de riqueza gerada e distribuída ao governo comparativamente ao total de receitas auferidas, foi proporcionalmente maior durante o mandato presidencial de Lula, correspondente aos anos de 2007 a 2010.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar se a evolução da riqueza setorial gerada pelas empresas listadas na BM&FBovespa e distribuída ao governo, acompanha o histórico das receitas auferidas durante os mandatos presidenciais de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014).

Para atender tal objetivo, foram analisados os dados constantes na DVA de 169 empresas, além dos dados referentes às receitas de vendas, retirados da base *Econômica@*. Posteriormente, tais dados foram organizados em tabelas, que buscaram comparar, o histórico do total de riqueza gerada e distribuída por setor econômico em relação à evolução das receitas auferidas durante os dois mandatos presidenciais em estudo.

Em vista disso, durante o governo Lula, dos nove setores analisados, pode-se inferir que somente dois apresentaram, na maior parte do período, relação entre a evolução do valor distribuído e as receitas, sendo eles Construção e Transporte e Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Os outros sete segmentos, embora em alguns anos puderam-se perceber percentuais semelhantes, a maioria dos exercícios demonstrou discrepância entre as evoluções do valor total distribuído e as receitas.

Considerando o mandato de Dilma, também dois setores apenas, na maior parte do período de análise, demonstraram relação entre o valor distribuído para impostos, taxas e contribuições e o valor das receitas, sendo eles, Consumo não Cíclico e Telecomunicações. Em geral, neste governo, pode-se notar uma maior ocorrência de percentuais de evolução negativos, bem como, índices de acréscimo menores, tanto no valor distribuído, quanto nas receitas.

Como apontam Cury e Cardoso (2015), vale destacar fatores conjunturais como a situação econômica do Brasil no período analisado. O Brasil, após sofrer uma queda significativa em 2009 causada pelos efeitos da crise financeira mundial em 2008, conseguiu se reerguer (PIB de 7,6%, maior PIB do período). Depois disso, com a alta de juros e inflação, bem como a preocupação com a corrupção estatal por parte do empresariado, tem-se um decréscimo que atinge seu auge em 2014. 2014 é um ano crítico com um PIB com crescimento de apenas 0,1% e negativo por três trimestres seguidos.

A dificuldade de gestão da presidente Dilma Rousseff também é um fator relevante. As deficiências na articulação política acarretam uma dificuldade de aprovar no Congresso Nacional medidas encaminhadas pelo executivo a exemplo da resistência às medidas de ajuste fiscal propostas pela presidente em 2015 e que culmina no próprio processo de impeachment em 2016. De forma geral o período Dilma é caracterizado por forte crise política que agrava a crise econômica (DEUTSCHE, 2015).

Em resposta à pergunta de pesquisa, conclui-se que na maioria dos setores, não foi percebida a relação entre a evolução da riqueza setorial gerada pelas empresas listadas na BM&FBovespa e distribuída ao governo, e o histórico das receitas auferidas durante os mandatos presidenciais de Lula (2007-2010) e Dilma (2011-2014). Assim, presume-se que, a proporção em que as empresas arrecadam a mais em receitas ou do mesmo modo que deixam de arrecadar, não corresponde ao acréscimo ou decréscimo do montante de sua riqueza destinada aos cofres públicos. Tal achado assemelha-se de certa forma, ao estudo de Schafer, Konraht e Ferreira (2016) o qual confirmou uma relação negativa entre o valor gerado e distribuído pelas empresas e suas respectivas cargas tributárias.

Com o intuito de dar continuidade ao tema abordado nesta pesquisa, sugere-se a busca por variáveis econômico-financeiras que possam explicar e justificar as evoluções identificadas na distribuição de valor adicionado e nas receitas de vendas, feita pela amostra de empresas selecionada, bem como o motivo pelo qual as duas evoluções apresentarem discrepância entre si.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, C. L. *Demonstração do valor adicionado: um estudo bibliográfico nas revistas nacionais constantes no portal da CAPES*. 2010. 54 fls. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC.
- ALMEIDA, R. L.; SILVA, A. H. C. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Uma análise de sua comparabilidade após tornar-se obrigatória no Brasil. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 19, n. 1, p. 95-110, 2014.
- ALMEIDA, N. S.; MARTINS, V. F.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, M. J. F. A utilização do valor adicionado na análise da produção e distribuição de riqueza entre os stakeholders: um estudo de caso da Petrobras. *Revista de Informação Contábil*, v. 3, n. 1, p. 134-148, 2009.
- AZEVEDO, P. F. de; SERIGATI, F. C. Preços administrados e discricionariedade do Executivo. *Rev. Econ. Polit.* v. 35, n. 3, p. 510-530, 2015.
- BERNS, J. C. G.; FLACH, L.; Demonstração do valor adicionado: análise setorial da destinação da riqueza em empresas do Novo Mercado após a crise financeira de 2008. In: Congresso ANPCONT, 7., 2013, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2013.
- BISPO, J. S.; CALIJURI, M. S. S.; LIMA, I. S. A importância dos dados contábeis para a relação entre carga tributária, tamanho e setor econômico das empresas brasileiras. *Revista de Informação Contábil*, v. 3, n. 3, p. 25-43, 2009.
- CARMO, C. R. S.; LIMA, I. G.; FERREIRA, M. A.; OLIVEIRA, R. Demonstração do valor adicionado: evidenciação de informações adicionais nas empresas brasileiras de capital aberto do setor sucroalcooleiro. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 16, n. 2, p. 13-29, 2011.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado*. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista de Contabilidade e Finanças*, ano 14, edição comemorativa, p. 7-29, 2003.
- COSTA, C. L. O.; GUIMARÃES, T. R.; MELLO, L. C. B. B. Os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da Demonstração do Valor Adicionado pelas empresas de capital aberto. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 18, n. 3, p. 77-93, 2013.
- CURY, A.; CARDOSO, C. *Economia brasileira cresce 0,1% em 2014, diz IBGE*. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/03/economia-brasileiracresce-01-em-2014-diz-ibge.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- DALLABONA, L. F.; KROETZ, M.; MASCARELLO, G. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 13, n. 39, p. 49-63, 2014.
- DEUTSCHE W. *O labirinto político de Dilma Rousseff*. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-labirinto-politico-de-dilma-rousseff-3818.html>> Acesso em: 31 mar. 2017.
- FAGUNDES, J. A.; RODRIGUES, M. R.; CIUPAK, C.; ROSA, L. S. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA como fonte de informações gerenciais: Um estudo em uma cooperativa de crédito. *ABCustos Associação Brasileira de Custos*, v. 3, n. 1, p. 87-101, 2008.
- FOLLMANN, D. A.; PAIVA, K. S. E.; SOARES, S. V. Distribuição do Valor Adicionado nas Empresas do Novo Mercado: Análise Setorial da Destinação da Riqueza em 2008 e 2009. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 1, n. 2, 2011.
- GRECCO, M. C. P.; CRUZ, D. A. J.; PERES, M.G.; FONSECA, R. F.; PEREIRA, T. R. A. DVA- Demonstração de Valor Adicionado – Uma análise do setor que mais contribui para a distribuição de riqueza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, São Paulo, *Anais ... FEA/USP*, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. *Análise de balanços*. 10 ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- KROETZ, C. E.; COSENZA, J.P. Considerações sobre a eficácia do valor adicionado para a mensuração do resultado econômico e social. IX Convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul, Gramado, RS. *Anais...* 2003.
- KRONBAUER, C. A.; OTT, E.; SOUZA, M. A.; COLLET, C. J. Evidenciação e análise de carga tributária: um estudo em empresas brasileiras do setor de energia elétrica. *Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP*, v. 3, n. 7, p. 3-24, 2009.
- MELO, F. L.; ROVER, S.; FERREIRA, D. D. M.; FERREIRA, L. F. Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Um Estudo Sobre a Destinação da Riqueza nas Regiões Brasileiras. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, v. 7, n. 2, p. 1-17, 2017.

- OLIVEIRA, M. C.; ALVES, J. F. V. A Evolução da Evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado no Brasil e a Geração e Distribuição de Riqueza por Empresas Brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. *Anais ... FEA/USP*, 2003.
- PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017.
- RICARTE, J. G. Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 4, n.10, p. 49-69, 2005.
- SANTOS, A. *Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SANTOS, A.; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. *Revista de Administração*, v. 38, n. 2, p. 153-164, 2003.
- SANTOS, A. CUNHA, J. V. A.; DE LUCA, M. M. M.; RIBEIRO, M. S. A economia das empresas nos governos FHC e Lula: uma análise a partir da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v.5, n. 1, p. 47-64, 2013.
- SANTOS, M. I. C.; SILVA, M. S. Utilização da Demonstração do Valor Adicionado - DVA como ferramenta na medição da riqueza no setor de telefonia no Brasil. *Pensar Contábil*, v. 11, n. 46, p. 39-45, 2009.
- SCHAFER, J. D.; KONRAHT, J. M.; FERREIRA, L. F. O custo tributário nas empresas brasileiras de energia elétrica: uma análise por meio da Demonstração do Valor Adicionado. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*, v. 14, n. 3, p. 84-99, 2016.
- SILVA, E. M. A relevância da *Demonstração do Valor Adicionado na evidenciação da distribuição da riqueza: um estudo da DVA na crise de 2008-2009*. 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- TINOCO, J. E. P.; MORAES, P. B. Uso da Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como ferramenta de medição da carga tributária no Brasil. *Revista eletrônica de Gestão de Negócios – eGesta*, v. 4, n. 1, p. 1-32. jan./mar. 2008.